

Os Novos Lugares de Memória na Internet As Práticas Representacionais do Passado em um Ambiente On-line

Eliza Bachega Casadei*
Universidade de São Paulo

Índice

1. Em torno da noção de memória coletiva: dos quadros sociais da memória à construção dos enquadramentos do passado	5
2. Redefinindo conceitos: as problemáticas impostas pelas novas tecnologias de comunicação aos tradicionais lugares de memória	8
2.1. Diluição do conceito de “Comunidade”	8
2.2. Hibridização Radical das Linguagens	10
3. Veja na História: hibridização de linguagens e presentificação do passado	14
3.1. Proposta do site	14
3.2. O Lugar de Memória construído por <i>Veja na História</i> : o presente de longa duração como tempo histórico e a construção do <i>pathos</i>	16
4. WW2 <i>Peoplet’s War</i>: a colaboração como chave para a passagem da memória coletiva para a memória social	19
4.1. Proposta do site	19

*Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Também é editora executiva da Revista Anagrama e colaboradora do livro "Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral". O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Brasil).

4.2. O Lugar de Memória construído por WW2 Peoplet's War: o elemento colaborativo como guia para a construção da memória social	20
5. Considerações Finais	24
6. Referências Bibliográficas	25

Resumo

A partir da análise dos especiais sobre a Segunda Guerra Mundial feitos pelos sites de *Veja na História* e da *BBC*, discutiremos como as novas tecnologias de comunicação redesenham os tradicionais lugares de memória, a partir do esgarçamento do conceito de comunidade e da hibridização radical das linguagens. No site de *Veja na História* é patente a tentativa de um “engajamento pela linguagem”, através da hibridização entre texto e imagem e da “presentificação do passado”. A seção “*WW2 People's War*” do site especial da *BBC* sobre a Segunda Guerra Mundial se apoia em um “engajamento pela participação”, que lança possibilidades (embora não totalmente realizadas) de uma mudança significativa na construção dos lugares de memória, na medida em que desloca a noção de memória coletiva para a de memória social.

Quando Pierre Nora cunha o termo “*Lugar de Memória*”, ele se refere a determinados arranjos culturais nos quais nós imaginamos o nosso próprio passado a partir de práticas representacionais que definem concepções específicas de identidades¹ (NORA, 1996). Trata-se de determinados espaços (que podem ser formados a partir de monumentos, personagens e/ou narrativas) que, ao mesmo tempo em que unem determinadas comunidades em torno de valores e identidades sociais comuns, também desenham um quadro polireferencial que pode ser usado como legitimação para diferentes propostas e ideologias políticas (KRITZMAN, 1996). Para Nora, a constituição destes lugares é consequência de um progressivo desligamento humano das tradições, em uma

¹ É importante frisar que o termo “memória”, neste contexto, tem um sentido diferente do termo “História”, embora os lugares de memória sejam muitas vezes formados por acontecimentos históricos. Enquanto a História trabalha com narrativas lógicas e lineares elaboradas a partir de um estudo sistemático e empírico da realidade, a noção de memória está diretamente ligada aos lugares simbólicos constituídos *pela* e constitutivos *da* nação (SANTOS, 2003: 88).

época em que todo o passado vira matéria-prima de comemorações contínuas²

Os suportes comunicacionais (ou dito de outra maneira, as técnicas comunicacionais) que podem servir de base para a difusão destas memórias coletivas não são exatamente novos. Na Idade Média, por exemplo, as pinturas eloquentes que mostravam visadas do Inferno, do Paraíso ou do Purgatório eram eficientes modos de inscrição de lugares de memória na medida em que rememoravam determinadas figuras exemplares dos ensinamentos cristãos, comemorando, desta forma, alguns dos acontecimentos fundadores desta cultura religiosa (YATES, 2007). Nesse mesmo sentido, podemos conceber que os produtos midiáticos que retratam o passado (tais como produções jornalísticas, cinematográficas ou radiofônicas) podem ser tomados como algumas de suas expressões mais recentes e mais amplamente difundidas, na medida em que articulam uma narrativa coerente em torno de um passado comum que alcança um vasto número de pessoas.

De acordo com Le Goff (2003), a imprensa, neste sentido, se insere em um contexto de aumento da oferta da memória coletiva – que deixa de ser matéria somente de museus, arquivos e túmulos. Isso porque a invenção da prensa revolucionou a memória ocidental uma vez que, com a massificação dos impressos, o leitor pode ter contato com um volume enorme de memórias coletivas. Segundo Le Goff, é a memória jornalística que, ao lado da memória diplomática, promove “a entrada em cena da opinião pública nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória” (LE GOFF, 2003: 455).

Nos tempos atuais, parecemos estar diante de uma nova revolução neste sentido. Os entrecruzamentos e as reestruturações de linguagens proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação parecem pôr em operação um redesenho dos modos tradicionais de transmissão da memória e do passado, a partir do estabelecimento de novos modos de sociabilização e de interação com os tradicionais “lugares de memória”. Além de transformar a configuração destes espaços em seu cerne (através da reconfiguração de sua linguagem), esses novos espaços promovem uma nova forma de relacionamento das pessoas com o passado, a partir da abertura da possibilidade de interação e participação ativa na construção desta memória relacionada à construção das identidades coletivas.

² De acordo com Nora, “se a expressão *lugar de memória* pudesse ter uma definição oficial, ela seria esta: um lugar de memória é qualquer entidade significante, material ou não material em sua natureza, que por força da vontade humana ou pelo trabalho do tempo tenha se tornado um elemento simbólico da herança memorial de dada comunidade” (NORA, 1996: XVII – tradução minha).

No primeiro eixo (que abarca as reconfigurações de linguagem) podemos destacar uma reorganização radical das linguagens a partir da possibilidade de articulação de seus modos escritos, verbais e visuais, além de uma nova forma de leitura que prevê uma organização não linear dos fluxos informacionais que passam a se constituir em hiper-arquiteturas (SANTAELLA, 2007: 85). Essa nova forma de cartografia da leitura implica novas formas de absorção da informação. Além de reestruturar os modos de cognição, as TICs também proporcionam um novo modo de relacionamento com a informação (nosso segundo eixo) que transforma o usuário em um ator na construção das informações.

A partir desta ótica inicial, buscaremos, no presente trabalho, analisar a maneira como se configura a construção dos novos “lugares de memória” na Internet. Buscaremos descrever como os fatos históricos são contados nestes novos meios e, principalmente, como o modo de interação do usuário com este passado pode ser reconfigurada e problematizada. Uma vez que a construção dos “lugares de memória” possui uma relação estreita com a noção de comunidade, buscaremos entender, também, como a mudança desta noção (que perde seu referencial espacial e passa a ser definida a partir de laços simbólicos) realoca os processos de construção das memórias coletivas³.

Para isso, utilizaremos dois sites de referências para nossas indagações: (1) a matéria especial feita pela revista *Veja* sobre a Segunda Guerra Mundial para a seção *Veja na História*, presente no site da publicação (disponível em http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/index_flash.html) e; (2) o especial feito pela rede BBC sobre o mesmo tema (disponível em www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwtwo)⁴. Como tentaremos mostrar a seguir, esses dois espaços mostram potencialidades bem distintas dos novos lugares de memória construídos na Internet, sendo que o primeiro promove um “engajamento pela linguagem”, a partir de uma presentificação constante do passado, e o segundo um “engajamento pela participação”, realocando a noção de memória coletiva para a de memória social.

³ As reflexões presentes neste trabalho fazem parte do projeto de pesquisa de mestrado com apoio do CNPq, intitulado “Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos de ontem nas notícias de hoje”, desenvolvido pela autora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). O propósito da pesquisa é mapear os usos da História na construção das reportagens das quatro principais revistas noticiosas nacionais em termos de vendagem - a saber, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*.

⁴ O termo “memória” pode abarcar uma série de significados dentro do glossário da cultura digital, tal como a capacidade de armazenamento de um computador ou uma forma específica de compilação de dados. Deixamos claro, no entanto, que quando nos referimos a “memória” estamos tratando de práticas representacionais do passado ligadas à memória coletiva e à construção de identidades.

É necessário, portanto, definir e realocar a noção de memória coletiva para que possamos entender a forma pela qual ela se instala nas novas tecnologias comunicacionais.

1. Em torno da noção de memória coletiva: dos quadros sociais da memória à construção dos enquadramentos do passado

Toda uma vertente de estudos que busca nas representações sociais da História as fontes privilegiadas de estudo para a compreensão de como o passado se articula na vida cotidiana são debitárias da noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs. No início do século XX, ele não só foi o primeiro estudioso a cunhar o termo, como também foi o primeiro a pensar em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, dominante nas pesquisas até então. A influência para essa nova abordagem é claramente durkheimiana: do mesmo modo em que Durkheim (2005) transferiu a noção do suicídio (antes tido como um fenômeno puramente individual) para um plano sociológico, Halbwachs opera uma inversão semelhante em relação à memória, ao entendê-la como um fato social.

Halbwachs (2006) parte da premissa de que nunca recordamos sozinhos. Isso porque os indivíduos precisam utilizar convenções sociais que nem sempre são criadas por eles e, além disso, precisam que outros indivíduos respaldem suas memórias. Suas teses giram, basicamente, em torno das seguintes premissas: as memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais de memória; a abordagem a estas convenções pode ser feita a partir do mundo empírico observável; e o passado que existe é apenas aquele que é reconstruído continuamente no presente.

Halbwachs explica que a constituição da memória é, em cada indivíduo, uma combinação dos diferentes grupos dos quais ele sofre influência - e isso explicaria, em grande medida, porque as pessoas guardam memórias diferenciadas. A memória individual é constituída pela combinação aleatória da memória coletiva dos diversos grupos de que uma pessoa possa ter sofrido influência. O autor nega todos os elementos que possam, de alguma forma, remeter ao indivíduo em si e, por isso, seu trabalho recebeu duras críticas em sua época.

Se saltarmos no tempo e partirmos para uma crítica mais atual ao seu estudo, encontraremos a perspectiva de Michael Pollak, para quem Halbwachs teria sido incapaz de enxergar os elementos de dominação ou de violência sim-

bólica existentes nas diversas formas de memória coletiva. Isso porque, para Halbwachs, a memória coletiva é um fator de acentuação da força de coesão de um grupo (vista, portanto, de uma forma bastante positiva) uma vez que estabelece laços entre o indivíduo e parte do universo simbólico do grupo ao qual pertence. E isso é devido ao fato de que “na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989: 4). Apesar de os estudos mais recentes reconhecerem a extensão deste laço simbólico, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989).

É justamente no reconhecimento desse elemento problemático existente nas construções das memórias coletivas - ligado à violência simbólica e aos processos de dominação - que se dá a virada epistemológica sobre o tema. A memória coletiva passa a ser vista como sinônimo de representações ou identidades coletivas com dimensão histórica – campo de estudo que ganhou espessura na década de 1980. “O passado deixou de ser resgatado a partir de uma estrutura pré-determinada e passou a ser compreendido a partir dos grupos sociais envolvidos em sua construção” (SANTOS, 2003: 78). A memória coletiva, portanto, passa a ser lida como um campo de negociação entre os atores sociais e seus respectivos interesses.

É muito importante a ênfase no fato de que uma das funções da memória coletiva continua a ser a garantia da coesão entre os grupos através da construção de fronteiras identitárias. A diferença se aloca no fato de que a memória é ligada às representações coletivas e se transfigura em instrumento de luta entre diversos segmentos sociais. Isso porque a memória se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1989: 9) e, mais do que isso, marca também as posições irreduzíveis.

Levando-se em consideração esses argumentos, Pollak (1992) elabora a noção de *enquadramentos da memória coletiva*, com os seguintes pressupostos: a memória é um fenômeno construído (consciente ou inconscientemente); ela é fruto de um trabalho de organização; ela é um campo de disputas manifestas em conflitos sociais e intergrupais, na medida em que diferentes versões de um mesmo fato competem para adquirir o estatuto de memória oficial; e ela é um elemento constituinte da construção das identidades (POLLAK, 1992).

A História, enquanto exposta em museus, monumentos e bibliotecas (tradicionalmente lugares de memória), materializa alguns enquadramentos possíveis da

memória coletiva. Além disso, parte-se do pressuposto de que as memórias coletivas são tão numerosas quanto os grupos que compõem a sociedade. O problema está no fato de que nem todas elas se integram com a memória nacional dominante. É nessa distância entre a memória oficial e a memória subterrânea que estão alocados os processos de enquadramento da memória, em um permanente jogo de negociações. A memória que escapa desse enquadramento é, potencialmente, uma memória transgressora, pois um passado longínquo pode se transformar em uma promessa de futuro, em uma arma de contestação à ordem estabelecida.

Os acontecimentos históricos formadores desse “sentimento de pertencimento” que as memórias coletivas encerram podem ser de duas ordens distintas que se combinam: os “vividos pessoalmente” e os vividos pelo grupo que a pessoa julga pertencer (POLLAK, 1992). É essa distinção que Pollak faz para explicar que determinados elementos da memória coletiva são formados a partir de “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992: 203).

E é nesse ponto que podemos alocar a importância das técnicas comunicacionais difusoras da memória e nos vulgarizadores da História na constituição da memória coletiva e nacional. Em uma sociedade que se vê defrontada com as novas configurações destes difusores comunicacionais, podemos delinear uma nova arena de batalha privilegiada na atribuição de significados ao passado.

Trata-se de um espaço de memória, no entanto, reconfigurado a partir de uma nova maneira de comunicar, o que, sem dúvida, implica dizer em um redesenho na forma pela qual a difusão da História comum vinha sendo empreendida até então.

Embora ambos os sites escolhidos para análise se constituam enquanto suportes de possíveis enquadramentos da memória, eles possuem concepções bastante diferenciadas entre si, conforme mostraremos a seguir. O presente artigo não busca fazer propriamente uma análise de conteúdo destes sites, mas sim, busca analisar como eles redesenham os modos tradicionais de transmissão da memória através dos produtos midiáticos e, principalmente, como eles realocam a questão da articulação do passado na vida cotidiana, constituindo-se mesmo em novos *lugares de memória*.

As problematizações impostas por estes novos *lugares de memória* podem ser condensadas, principalmente, em dois pólos de análise: (1) a partir de um esgarçamento da noção de comunidade (tido como um aspecto-chave do conceito de memória coletiva) e; (2) de uma modificação radical da linguagem

através da hibridização de suas matrizes. Precisamos nos deter mais nestes dois aspectos.

2. Redefinindo conceitos: as problemáticas impostas pelas novas tecnologias de comunicação aos tradicionais lugares de memória

2.1. Diluição do conceito de “Comunidade”

De acordo com Raymond Williams, a noção de “comunidade”, surgida no século XIV, fixa-se na língua inglesa a partir de uma série de sentidos que ora representam grupos sociais reais (tais como em “as pessoas de um distrito”), ora como indicação de uma qualidade específica de relação (como em “um senso de identidade e características comuns”). A partir do século XIX, começa-se a conceber a “comunidade” como experimentos de um tipo alternativo de vida em grupo. A despeito de seu sentido ter conhecido inúmeros outros sentidos ao longo do tempo, para William, a complexidade do termo reside mesmo no que diz respeito a uma difícil conciliação entre tendências originalmente distintas no desenvolvimento histórico: “por um lado, o sentido de um interesse comum direto; por outro, a materialização de diversas formas de organização comum, que pode ou não expressá-la de maneira adequada” (WILLIAMS, 2007: 103-104). Desta forma:

Comunidade pode ser uma palavra calidamente persuasiva para descrever um conjunto existente de relações, ou palavra calidamente persuasiva para descrever um conjunto alternativo de relações. O mais importante, talvez, é que, diferentemente de todos os outros termos de organização social (*Estado, nação, sociedade* etc.) ela parece jamais ser usada de modo desfavorável e nunca receber nenhum termo positivo de oposição ou de distinção (WILLIAMS, 2007: 104)

Sendo concebida enquanto um conjunto organizado de relações ou como uma forma alternativa de organização, o conceito de “comunidade” tem sofrido uma série de questionamentos sobre a validade ou não de seus pressupostos. Para Zygmunt Bauman, por exemplo, há uma diluição do conceito de “comunidade” no próprio cerne da sociedade uma vez que a ansiedade no mundo atual é experimentada enquanto um problema privado (resultado das falhas pessoais, em um mundo de desregulamentação e flexibilidade) e não como o

resultado de um conjunto de problemáticas sociais mais amplas. A partir da desconstrução da ideia de comunidade – que, segundo o autor, já estaria posta em operação na Revolução Industrial e na formação dos Estados-Nação - “somos convocados (...) a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos a salvação individual de problemas compartilhados” (BAUMAN, 2003:129), em um círculo vicioso que aprofunda ainda mais as raízes da insegurança. É por este motivo que a ideia de uma volta da “comunidade”, enquanto ideia utópica, expressaria o local aconchegante onde haveria entendimento, mesmo que não o consenso.

As discussões a respeito do estabelecimento de “comunidades” na Internet são ainda mais eloquentes na medida em que implicam em um abandono de um território físico – uma ideia perturbadora para os estudos sociológicos tradicionais de comunidade. Como bem coloca Jan Fernback, “a ideia de cibercomunidade está compelindo a deixarmos para trás nossos corpos e nossos preconceitos e limitações associados a estes corpos, para interagirmos somente como mentes” (FERNBACK, 2007: 50).

É a partir desta constatação que o autor utiliza o interacionismo simbólico como uma ferramenta eficiente de análise para o entendimento de como se formam os laços comunais na Internet. Ele parte do pressuposto de que a realidade é construída através de um processo comunicativo e dinâmico. Partindo dos conceitos de Blumer, o interacionismo simbólico sustenta que: “(1) os humanos agem nos objetos e nos eventos por causa do significado que estes objetos possuem; (2) o significado emerge a partir das interações sociais; e (3) os humanos interpretam os objetos e eventos nos seus ambientes para gerarem significados” (FERNBACK, 2007: 55). Desta forma, o conceito de comunidade em um ambiente virtual sofre um deslocamento radical, na medida em que não depende de um território ou de um modo comum de vida, mas sim, está baseado no significado que a comunidade adquire na vida de seus participantes – e principalmente, como este sentido é (re)significado ao longo do tempo. Como coloca Jankowski:

É seguro dizer hoje em dia que o conceito de comunidade é central para os estudos atuais sobre a Internet, assim como ele o foi nos primeiros anos da sociologia. A principal diferença parece ser o redirecionamento da ênfase na geografia para um sentimento ou senso de coletividade (JANKOWSKI *apud* FERNBACK, 2007: 52)

Não se trata, portanto, de uma simples transposição do conceito para um outro ambiente comunicacional, mas sim, de uma mudança radical de ênfase.

“Comunidade”, portanto, passa a ter uma relação direta com o “comprometimento”, na medida em que entendido como um constructo mutável que é determinado por atores sociais que conferem sentido a ele, segundo a perspectiva de Fernback.

Na análise empírica do *corpus* pudemos constatar que os dois sites promovem formas de conseguir a adesão do usuário em uma suposta comunidade engajada pelo sentimento de “pertença”. São estratégias, no entanto, bastante distintas. Enquanto o site da *Veja* busca um “engajamento pela linguagem”, a *BBC* parece investir em um “engajamento pela participação”. Antes de discutirmos estes sites especificamente, no entanto, é necessário entendermos como a linguagem pode ser pensada a partir das novas configurações proporcionadas pela Internet.

2.2. Hibridização Radical das Linguagens

A Internet, a partir das possibilidades que engendra, se constitui, como bem coloca Santaella (2007: 84), em uma metamídia, ou seja, um meio capaz de absorver e traduzir as mídias precedentes, mas principalmente, capaz também de ir além dessas mídias, se colocando em um lugar privilegiado a partir do qual pode descrevê-las. A partir de uma lógica de mixagem que não se limita a uma mera visão somatória, o computador “traz consigo uma linguagem híbrida, ou seja, o hibridismo sígnico e midiático que é próprio do ciberespaço” (SANTAELLA, 2007: 84). Desta forma:

A integração do texto, das imagens dos mais diversos tipos, fixas e em movimento, e do som, música e ruído, em uma nova linguagem híbrida, mestiça, complexa, que é chamada de hipermídia, trouxe mudanças para o modo como não só o texto, mas também a imagem e o som costumavam ser entendidos (SANTAELLA, 2007: 84).

Além disso, a possibilidade de estruturação destas linguagens em hiperlinks modifica de forma radical a relação do usuário com a leitura. Para Pierre Lévy, se desde o aparecimento da escrita já estávamos diante de um processo de exteriorização e de virtualização da memória - através de sua alienação parcial de um corpo específico e colocação em comum, heterogênesse - a especificidade da hipermídia é fazer com que toda leitura se torne uma edição, uma montagem particular e singular (LÉVY, 1996: 38-41).

O hipertexto, hipermídia ou multimídia interativo levam adiante, portanto, um processo já antigo de artificialização da leitura.

Se ler consiste em selecionar, em esquematizar, em construir uma rede de remissões internas ao texto, em associar a outros dados, em integrar as palavras e as imagens a uma memória pessoal em reconstrução permanente, então os dispositivos hipertextuais consistem de fato uma espécie de objetivação, de exteriorização, de virtualização dos processos de leitura. (...) As costuras e remissões, os caminhos de sentido originais que o leitor inventa podem ser incorporados à estrutura mesma dos corpos. A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita (LÉVY, 1996: 43-46).

A perspectiva de Vilém Flusser é ainda mais radical neste sentido, uma vez que o autor pôde enxergar a forma pela qual a combinação da hibridização das linguagens com um tipo de leitura cartográfica proporcionou novas formas de cognição. De acordo com Flusser, a leitura em linha (formada por textos escritos) ou a leitura em superfície (composta por imagens, fotografias, pinturas, inscrições rupestres, entre outros tipos de figuras) proporcionam modos bastante distintos de apreensão do mundo.

A leitura em linha pode ser representada por “discursos de pontos”, ou seja, “representam o mundo ao projetá-lo em uma série de sucessões” (FLUSSER, 2007: 102-103). Neste sentido, a leitura em linhas é uma leitura de processo, uma leitura histórica, na medida em que é necessário seguir o caminho imposto pelo texto (seguir a linha da esquerda para a direita e de cima para baixo) para apreendermos o seu significado.

Na leitura em superfície, o mecanismo é inteiramente outro: “ao lermos as linhas, seguimos uma estrutura que nos é imposta; quando lemos as pinturas, movemo-nos de certo modo livremente dentro da estrutura que nos foi imposta” (FLUSSER, 2007: 104). A mensagem de uma imagem, ao contrário do texto que deve seguir determinado caminho, já pode ser apreendida em uma única olhadela geral, a partir de inúmeros caminhos do olhar possíveis, sem que um único trajeto deva ser necessariamente seguido para que possamos apreender o seu sentido⁵. O assunto principal de toda obra de Flusser é a busca por mecanismos que expliquem como se dá a mudança de códigos na História da comunicação e, tomando-se como pressuposto básico de que a época atual é regida por imagens, como pode ser construído um filosofar através destas imagens.

⁵ Nas palavras de Flusser, “essa é, então, a diferença entre a linha de uma só dimensão e a superfície de duas dimensões: uma almeja chegar a algum lugar e a outra já está lá, mas pode mostrar como lá chegou. A diferença é de tempo, e envolve o presente, o passado e o futuro” (FLUSSER, 2007: 105).

Mas não se trata, obviamente, de que a humanidade teria voltado ao estágio de comunicação das pinturas rupestres. Muito pelo contrário. O novo estatuto desta leitura por imagens, para Flusser, estaria ancorado no fato de que “imagens pré-modernas são produtos de artífices (‘obras de arte’), obras pós-modernas são produtos da tecnologia” (FLUSSER, 2007: 129). E essa produção de imagens mais recente seria justamente o resultado da hibridização dos dois tipos de leitura (linear e em superfície) na medida em que essas figuras tecnológicas são efeito de uma teoria científica. Desta forma, se “o homem pré-moderno vivia num outro universo imagético, que tentava interpretar o mundo”, “nós vivemos em um mundo imagético que interpreta as teorias referentes ao ‘mundo’” (FLUSSER, 2007: 130). Desta forma, as mudanças de códigos na comunicação podem ser descritos da seguinte forma:

A escrita é um passo de regresso às imagens (*ein Schritt zurück von Bildern*), pois ela permite que as analisemos. Com esse passo, perdeu-se a ‘fé nas imagens’, a magia, e alcançou-se um nível de consciência que mais tarde conduziu à ciência e à tecnologia. Os códigos eletrônicos são um passo de volta aos textos, pois eles permitem que as imagens sejam compreendidas. Uma fotografia não é a imagem de uma circunstância (assim como a imagem tradicional o é), mas é a imagem de uma série de conceitos que o fotógrafo tem com relação a uma cena. A câmera não pode existir sem textos (por exemplo, as teorias químicas), e o fotógrafo também precisa primeiro imaginar, depois conceber, para, por fim, poder ‘imaginar tecnicamente’. Com a volta dos textos para a imagem eletrônica, um novo grau de distanciamento foi alcançado: perdeu-se a ‘crença nos textos’ (nas explicações, nas teorias, nas ideologias), pois eles, assim como as imagens, podem ser reconhecidos como ‘mediação’ (FLUSSER, 2007: 136).

Esse mecanismo de mudança de pólo – que Flusser aloca como já desencadeado pela invenção da fotografia – é radicalizado com as novas tecnologias da comunicação e da informação. A partir de uma visão surpreendente lúcida quem escreveu no início da década de 1980, Flusser coloca que:

A maneira mais fácil de se imaginar o futuro da escrita – se houver continuidade da tendência atual em direção a uma cultura de tecno-imagens – é pensar aquela cultura como um gigantesco transcodificador de texto em imagem. Será um tipo de

caixa-preta que tem textos como dados inseridos (*input*) e imagens como resultado (*output*). Todos os textos fluirão para essa caixa (notícias e comentários teóricos sobre acontecimentos, *papers* científicos, poesia, especulações filosóficas) e sairão como imagens (filmes, programas de TV, fotografias). O que quer dizer que a história fluirá para dentro daquela caixa e sairá de lá em forma de mito e mágica. Do ponto de vista dos textos que irão para dentro da caixa, essa será uma situação utópica: a caixa é a ‘plenitude dos tempos’ porque devora o tempo linear e o congela em imagens. Do ponto de vista das imagens que sairão da caixa, essa será uma situação em que a história se tornará um pré-texto para os programas. Em suma, o futuro da escrita é escrever pré-textos para programas enquanto acreditarmos estar escrevendo por utopia (FLUSSER, 2007: 147).

A teoria de Vilém Flusser nos coloca diante, portanto, de uma radicalização extrema do conceito de hibridização de linguagens, que, sob este aspecto pode ser tomada em dois sentidos. O primeiro deles, em um sentido mais profundo, está calcado no fato de que a hibridização não se coloca mais como uma mera somatória de linguagens e, nem ao menos, como um hibridismo sígnico e mediático: a hibridização está contida no próprio cerne da concepção destas formas de significação.

A outra consequência, mais superficial, é o fato de que, a despeito desta hibridização radical, ainda vêm-se combinadas os dois tipos de leituras distintas combinadas em um só espaço, possibilitadas pelo virtual. A leitura linear e a leitura em superfície se combinam em uma mesma tela para a compreensão do todo da mensagem, porém, a partir de uma hibridização tão radical, que o próprio texto pode ser lido tal como uma superfície. Os produtos midiáticos da Internet não são mais lidos de uma forma linear, mas sim, a partir de uma movimentação livre na estrutura que nos foi imposta. É a isto que Lúcia Leão chama a atenção quando fala de uma espécie de leitura que “se faz sem um plano predeterminado, com movimentos rápidos dos olhos e das páginas, saltando por diferentes tópicos” (LEÃO, 1999: 118). Se este mesmo movimento pode ser feito através de páginas de jornal (em que podemos saltar os olhos por sobre diversos tópicos), na leitura cartográfica da Internet, esse processo é radicalizado, uma vez que cada rota de leitura se torna única e contribui para diferentes formas de compreensão do todo.

Uma vez esmiuçadas as problemáticas centrais que as novas tecnologias de comunicação impõem aos tradicionais lugares de memória (e que servirão como parâmetros para a presente análise), tentaremos mapear as estratégias

utilizadas pelo site de *Veja na História* e da *BBC* utilizaram para a construção de novas práticas representacionais sobre o passado.

3. Veja na História: hibridização de linguagens e presentificação do passado

3.1. Proposta do site

O especial produzido pela revista *Veja* sobre a Segunda Guerra Mundial é construído de forma que os eventos são narrados tais como eles estivessem sendo noticiados pela publicação na medida em que acontecessem. Desta forma, o site apresenta dez edições que cobrem de o período de 1939 a 1945 que retratam os principais acontecimentos da guerra⁶, além de uma edição especial sobre a participação do Brasil no conflito.

Dentro de cada uma dessas edições, a narrativa é dividida de acordo com algumas editorias tradicionais da revista *Veja*, tais como:

- Entrevistas: são simulações das páginas amarelas da edição impressa da revista, que busca entrevistar políticos e personalidades que tiveram um papel importante no conflito. Como se trata de uma simulação de entrevista, fontes secundárias são utilizadas para a formulação das respostas. Na edição de Junho de 1944, por exemplo, simula-se uma entrevista de *Veja* com Franklin Delano Roosevelt que segue a estrutura normalmente adotada por *Veja* em suas entrevistas, porém, com as respostas baseadas em discursos reais que do ex-presidente americano que haviam sido transmitidas pelo rádio em diferentes datas. Na edição de Fevereiro de 1945, simula-se uma entrevista com Josef Stalin, com respostas baseadas em ordens, mensagens e discursos públicos reais do antigo líder da URSS.
- Pontos de Vista: trata-se de transcrições de textos de políticos e personalidades da época sobre os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Apesar de esses textos terem sido originalmente escritos para diferentes veículos, a construção é feita como se eles tivessem sido escritos especialmente para a edição em questão de *Veja*, tal como se eles fossem colunistas da revista para as seções de opinião. Na edição de Junho de 1940, por exemplo, é publicado o texto de Jean Paul Sartre, “Uma

⁶Essas edições são datadas como: setembro de 1939, junho de 1940, junho de 1941, dezembro de 1941, fevereiro de 1943, setembro de 1943, junho de 1944, fevereiro de 1945, maio de 1945 e agosto de 1945.

Guerra Estranha”, que são originalmente publicados no livro *Diário de Uma Guerra Estranha*, que foi escrito a partir da reunião de trechos do diário do filósofo francês. Na edição de Setembro de 1939, essa seção coloca o texto “A Causa dos Justos”, de Neville Chamberlain, que é, na verdade, uma transcrição de um discurso do ex-primeiro ministro britânico.

- Gente: espécie de coluna social que reúne algumas notas sobre diversas personalidades da época. Na edição de Setembro de 1943, por exemplo, “noticia-se” que “filho de um poderoso diplomata, John Kennedy, 26 anos, tornou-se um herói de guerra no mês passado”.
- Perfis: apresentações de personagens importantes do conflito. Em Junho de 1944, o retratado em questão é o então Comandante da Operação Overlord, Dwight Eisenhower.
- Reportagens: textos escritos utilizando-se a estrutura de escrita da notícia, relatando os principais acontecimentos do período. A maior parte dos textos do site está nesta categoria.

Todos os textos são escritos no tempo presente – tal como se tivessem acabado de acontecer e estivessem sendo noticiados – e a intenção que perpassa toda a edição (muito embora as fontes originais sejam sempre citadas) é construir um efeito de sentido tal como se *Veja* estivesse cobrindo os acontecimentos na medida em que eles acontecessem.

O site não possui uma sofisticada leitura cartográfica na medida em que não há links dentro dos textos, somente links que remetem de uma reportagem a outra, ou de uma seção a outra. Um aspecto interessante, no entanto, é o fato de que, no final de cada texto, disponibiliza-se uma série de materiais multimídias que tem relação com o assunto tratado. Desta forma, no final de uma entrevista, por exemplo, é possível ouvir o áudio original do discurso em questão, ou acompanhar imagens e cenas reais de documentários que retratam a época.

Esse tratamento da informação é bastante interessante na medida em que o texto posto no tempo presente combinado com a possibilidade de se ouvir discursos ou de ver imagens daquela época, contribuem para uma presentificação da Memória. Trata-se de uma estratégia para conseguir o engajamento de uma comunidade a partir de uma linguagem que “estica” o presente e que apela para a emoção do visitante. Segundo diversos autores, esse prolongamento do presente é uma característica marcante da Internet e, portanto, o *lugar de memória* construído por *Veja na História* funciona como uma metonímia de

um movimento mais amplo. É a este aspecto que iremos nos referir a partir de agora.

3.2. O Lugar de Memória construído por *Veja na História*: o presente de longa duração como tempo histórico e a construção do *pathos*

Ao discutir sobre o novo estatuto da aparição do passado frente às novas tecnologias de comunicação, Paul Virilio fala sobre uma memória que não se constitui mais no “aqui”, e sim, no “agora”. Ou seja, frente a uma tecnologia que possibilita que a interação prescindida do “espaço” e, tomando-se a noção de memória como uma espécie de presença, a memória deixa de ter um lugar real que não seja o tempo presente. “Seu lugar é o *live*. Não se trata de um “aqui”, mas de um “agora”. Nada é mais aqui. Tudo é agora” (VIRILIO, 2006: 93).

Trata-se de um novo tipo de experiência possibilitada pelas novas tecnologias em que nos vemos confrontados por uma expansão do tempo presente – um tempo que dura e não se limita mais ao seu instante de aparecimento e desaparecimento. Estaríamos diante, portanto, de uma memória do tempo presente: “significa que o instante presente, em lugar de desaparecer, como na realidade, vai se dilatar! É como se houvesse um efeito lupa não sobre um objeto, mas sobre um instante” (VIRILIO, 2006: 93).

Essa memória do tempo presente pode ser vista a partir de dois pontos de vista distintos. O primeiro deles refere-se aos fatos da atualidade que, além de seu acontecimento imediato, são expandidos por efeito das tecnologias da comunicação, através de uma repetição constante das imagens que o formam. A outra perspectiva abarca os próprios fatos do passado (ou lugares de memória) que ganham um estatuto “presentificado”, na medida em que se tornam contemporâneos de quem os observa. É esta abordagem que permite que observemos o nosso objeto de estudo em questão.

Como bem coloca Eugênio Bucci, estes novos lugares de memória (que são postos já pela televisão, mas que se radicalizam com o advento da Internet) se destacam pelo fato de que eles “não contam o que havia no passado”, e sim, “mostram o passado outra vez, tornando-o presente” (BUCCI, 2002: 156). E isso se tornaria tanto mais evidente quanto o passado se tornasse espetáculo: ao incorporar as diversas temporalidades em apenas um grande gerúndio, as novas tecnologias de informação podem “transformar o que é passado em presente – e um herói de 30 anos atrás em um ícone pop a quem os passantes pedem autógrafa” (BUCCI, 2002: 157).

A própria linguagem utilizada por *Veja na História* já indica essa pretensão a um passado que é sempre presentificado, na medida em que trata dos acontecimentos históricos da Segunda Guerra Mundial como se eles fossem contemporâneos, narrativizados a partir dos verbos no tempo presente. Cada evento narrado é alongado indefinidamente, como se ele tivesse a potencialidade de (re)acontecer a todo o momento. Os sons e os filmes que acompanham os textos reforçam essa sensação, na medida em que o (re)acontecimento deixa de estar posto somente em imagens mentais possibilitadas pela leitura, mas proporciona mesmo a presentificação de vestígios há muito deixados pelo passado, como se eles estivessem acontecendo no momento mesmo de sua projeção na tela ou no Media Player. A hibridização de linguagens descrita por Flusser opera de modo bastante patente, neste sentido.

Pode-se argumentar que essa sensação de presentificação do passado não pode ser tomada como uma exclusividade da Internet. Pode-se perguntar mesmo por que essa linguagem posta em um ambiente virtual seria diferente caso a revista *Veja* decidisse imprimir os textos, ou caso víssemos os filmes em outros contextos de exibição. Obviamente, podemos tratar de vários tipos (ou de vários graus) de presentificações do passado. O fenômeno que estamos tratando aqui, no entanto, se diferencia de outras formas de resgate da História.

Trata-se, na verdade, de um fenômeno bem próprio das tecnologias avançadas de comunicação, na medida em que a ubiquidade da circulação das informações produz uma diluição dos momentos antes tidos como especiais: “como o acontecer é ininterrupto, fica difícil conceber atividades ‘desligadas’ ou com ‘duração’, isto é, que escapem ao ordenamento técnico do acontecimento” (SODRÉ, 2007: 19).

É neste sentido que o lugar de memória construído por *Veja na História* se diferencia radicalmente de outros tipos de lugares de memória tradicionais, redesenhando sua própria configuração. A diluição desses “momentos especiais” pode ser tomada em, no mínimo, dois aspectos. O primeiro deles é que a Internet quebra a ritualização ligada aos lugares de memória tradicionais (tais como museus e monumentos). Por estar em todos os lugares ao mesmo tempo, a informação deixa de ser sacralizada para poder ser rapidamente consumida. Essa desritualização dos lugares de memória está calcada mesmo no novo tipo de interação apontada por Paul Virilio: a interação com esta presença que é a memória (que, afinal, vira uma telepresença), não se desenrola mais no espaço, mas no tempo – e, a partir desta ubiquidade, a experiência deixa de ser única e imediata.

O outro ponto de radical ruptura (e este recai mais propriamente sobre os lugares de memória postos pelos meios midiáticos) está no fato de que o caráter de construção temporal da memória é apagado. Quando Nora define os *lugares de memória*, ele estava pensando em mais do que uma forma de estudar como o passado se articula com a vida cotidiana. Ele estava elaborando uma metodologia de análise que pudesse abarcar o estudo das diversas formas em que um mesmo passado havia sido interpretado ao longo do tempo. Com a eterna presentificação proporcionada pela Internet, essa marca temporal (o quando da interpretação desta memória) é apagada. Libertada da fisicalidade do papel ou da pedra (que já traz em si o desgaste do tempo), a informação ganha um caráter de atemporalidade. É o apagamento das marcas tratado por Pollak, levado a um certo extremo. A informação ali posta é sempre a memória do presente.

A estratégia de adesão do usuário, como já havíamos indicado anteriormente, parece estar ancorada, neste site, por uma espécie de “engajamento pela linguagem”. Ou seja, é no próprio tratamento da informação que o site busca sua especificidade, através de uma presentificação de eventos traumáticos que remetem à emoção do leitor. Trata-se, na verdade, de um elemento de retórica, não exclusivos aos meios on-line, mas que podem ser potencializados por eles, exatamente pela hibridização radical de linguagens que eles propiciam.

Na retórica aristotélica, é suposto que o orador possa provocar determinados estados de espírito na plateia, que serão determinantes para a adesão ou para a rejeição da tese proposta, elemento este denominado de *pathos*. A lógica de Aristóteles sobre o *pathos* se refere, portanto, ao fato de que “quando as pessoas sentem-se afáveis e tolerantes, elas pensam num determinado tipo de coisa, mas quando estão furiosas e hostis, pensam essa mesma coisa numa intensidade diferente ou pensam em algo totalmente diferente” (ARISTÓTELES, 2007: 81).

Para alguns autores, a evocação do passado funcionaria como um elemento argumentativo importante na evocação destas emoções relacionadas ao *pathos*, na medida em que pode funcionar como um criador de um *communitas*. Em outras palavras, isso aconteceria porque o passado é capaz de resgatar determinadas situações de liminaridade histórica que modificam as relações sociais normais, unindo as pessoas a partir da reafirmação dos laços comunais. A mídia, enquanto elemento da cultura, é capaz de recriar tais situações de *communitas* através do enquadramento do passado e da reencenação dessas situações-limite. Esta é a perspectiva de Carolyn Kitch (2005) quando ela afirma que “assim como os bombeiros heróis do 11 de Setembro, as celebridades que são mais constantemente lembradas são aquelas cujas vidas podem ser contadas

de uma maneira que suporte a todos nós, e cujas mortes possam ser entendidas como um momento de pausa, no jornalismo, para avaliarmos quem nós somos” (KITCH, 2005: 62).

Desta forma, a imprensa enquanto criadora de *communitas* tem sua função mais aparente realocada. Para Kitch, ela se desloca de seu funcionamento como um instrumento mediador de informações, em direção à representação dos interesses compartilhados, em uma espécie de cerimônia que une as pessoas em torno de uma série de valores comuns, a partir da reencenação de determinadas situações-limite.

Como já havíamos posto, apesar de este mecanismo não ser exclusivo aos meios on-line, a presentificação destes eventos traumáticos aliados a uma reorganização e hibridização radical da linguagem, potencializam o efeito deste *pathos*, mesmo que, paradoxalmente, fora de uma esfera ritualizada.

Apesar disso, pode-se argumentar que esta “comunidade em um sentido mais amplo” não corresponde a uma comunidade tal como ele vem sendo elaborada pelos pesquisadores do ciberespaço. Isso porque muito embora a noção de território tenha sido abandonada, o elemento-chave que caracteriza uma comunidade on-line para uma série de linhas de estudo é a participação ativa – elemento este que não é levado em consideração na elaboração do site de *Veja na História*. Esse aspecto participativo é justamente o que caracteriza a formação de uma comunidade específica no site da *BBC* sobre a Segunda Guerra Mundial.

4. WW2 Peoplet’s War: a colaboração como chave para a passagem da memória coletiva para a memória social

4.1. Proposta do site

O site especial da *BBC* sobre a Segunda Guerra Mundial possui uma proposta bem diferente do site de *Veja na História*. Ele apresenta longos textos escritos por especialistas no assunto, em uma grande variedade de tópicos, e uma vasta quantidade de material multimídia. Sua estrutura lembra bastante a de um portal de História, que disponibiliza uma série de conteúdos sobre o tema em questão.

A grande novidade que o site proporciona é a seção “*WW2 People’s War*”: um projeto que, de Janeiro de 2003 a Junho de 2006, recolheu memórias de pessoas que viveram durante o período retratado, para a formação de um grande banco de dados digital. De acordo com o site,

a audiência alvo, pessoas que poderiam se lembrar da guerra, tinham ao menos 60 anos de idade. Qualquer um que tivesse servido nas Forças Armadas durante a guerra, no início do projeto, tinha pelo menos 75 anos. Muitos deles não teriam experiência com a Internet. Não obstante, durante o curso do projeto, mais de 47 mil histórias e 14 mil imagens foram reunidas (BBC, 2009 – tradução minha).

As histórias recebidas passavam por um processo de pré-moderação onde, de acordo com o texto disponibilizado pelo projeto, avaliava-se se elas não continham material ofensivo ou propaganda comercial. Posteriormente, as histórias foram reunidas em um local específico do site (que não se mistura com o conteúdo produzido pela *BBC*) que divide as histórias e fotos de acordo com algumas categorias (tais como “Working Life”, “Domestic Life”, “Volunteer Organisations”, “Key Events”, entre outros).

O site da *BBC*, portanto, propõe um outro tipo de construção de um *lugar de memória* na seção “WW2 People’s War”: um lugar alicerçado nos testemunhos e na construção de uma memória que se pretende compartilhada socialmente e construída a partir dos entrecruzamentos entre o individual e o coletivo. É esta esfera colaborativa que a diferencia de outros tipos de enquadramentos, mesmo que essa colaboração esteja estritamente controlada.

4.2. O Lugar de Memória construído por WW2 People’s War: o elemento colaborativo como guia para a construção da memória social

O testemunho é, portanto, a base que alicerça a construção da seção “WW2 People’s War”. Seu uso na construção de lugares de memória, no entanto, não pode ser tomado como uma exclusividade da Internet. Paul Ricoeur (2007) chega mesmo a chamar o testemunho de uma “instituição social”. Segundo o autor, é a confiabilidade de cada testemunho que assegura a segurança do vínculo social na medida em que ele repousa na confiança na palavra de outrem. “O que a confiança na palavra de outrem reforça, não é somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade. O intercâmbio das confianças especifica o vínculo entre seres semelhantes” (RICOEUR, 2007: 175). Em resumo, “é da confiabilidade, e, portanto, da atestação biográfica de cada testemunha considerada uma a uma que depende, em última instância, o nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade” (RICOEUR, 2007: 175).

A importância das testemunhas nas construções dos lugares de memória está posta em seu próprio mecanismo interno de funcionamento: “a especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção de realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha” (RICOEUR, 2007: 172). Ou seja, o testemunho atesta o “eu estava lá”, diluindo as fronteiras entre a ocorrência do fato passado e a presença do narrador (que se coloca para poder ser problematizada ou referendada posteriormente, instalada em uma situação dialogal). Trata-se, portanto, da criação de um efeito do real que humaniza e aproxima os lugares de memória de sua função como ponto de coesão de uma sociedade em torno de valores comuns.

Apesar de ser anterior a Internet, o estatuto do testemunho como instituição social, no entanto, parece encontrar um novo patamar em sua importância depois do advento das tecnologias avançadas de comunicação.

As novas formas de interação entre homens e máquinas proporcionada por um contexto de um crescente uso dos recursos dos computadores e da Internet, de acordo com Mark Deuze (2006), expressa a emergência de uma cultura digital que tem implicações tanto na esfera on-line quanto nos locais de troca social tradicionais. Essas implicações estão relacionadas a um conjunto emergente de valores e expectativas que são expressas nos novos modos de circulação da informação. Um desses novos valores emergentes é, justamente, a banalização da esfera colaborativa. “Ao invés de confiarmos nos jornalistas, nos escritórios de relações públicas ou nos profissionais de marketing para que tragam sentidos ao nosso mundo, nós nos sentimos muito mais confortáveis para contar e distribuir nossas próprias versões destas histórias” (DEUZE, 2006: 66). Esse fenômeno estaria patente, por exemplo, nos testemunhos postos em blogs ou em experiências radicais de jornalismo colaborativo.

Deuze aponta mesmo para o fato de que o trabalho das mídias tradicionais tem sido tomadas pelo público comum, cada vez mais, como construções da realidade (ou como realidades manipuladas) e é adotada a visão de que uma maneira eficiente de dar sentido a este mundo é intervindo diretamente na construção das informações.

Em resumo, com a proliferação e saturação das telas, redes de computadores e mídias digitais, que saturam as nossas vidas, nossa reconstituição é expressa como: (1) agentes ativos no processo de construção de significados (nós nos tornamos participantes); (2) nós adotamos, mas ao mesmo tempo modificamos, manipulamos e ainda reforçamos os modos consensuais de entender a realidade (nos engajamos na remediação); (3) nós reflexiva-

mente agregamos nossas próprias visões particulares desta realidade (nós somos bricoladores) (DEUZE, 2006: 66).

Em outras palavras, estaríamos diante de uma hipersociabilidade caracterizada pela capacidade dos indivíduos de modificar determinadas estruturas tradicionais de circulação de informação. Essa emergência da cultura digital não altera somente a forma como as pessoas se comunicam, como também, o que elas esperam desta comunicação. O engajamento e o desejo de contribuição começam a fazer parte das expectativas comunicacionais trazidas pelas novas mídias – expectativas estas que não se confinam aos meios on-line de comunicação, sendo trazidas mesmo para os meios tradicionais, como os jornais impressos e a televisão.

Neste contexto, portanto, a importância do testemunho é elevada, pois ele passa a se configurar mesmo como uma expectativa. É a essa expectativa que o site especial da *BBC* parece tentar satisfazer quando cria a seção “*WW2 People’s War*”. Essa expectativa é tão latente nos dias de hoje que não podemos deixar de nos surpreender com um certo estranhamento que sentimos quando vemos um site como o *Veja na História* que não abre um espaço de colaboração com os seus usuários.

Um fato importante que Deuze chama a atenção, no entanto, é o de que muitas vezes esse processo é orientado por corporações e empresas da mídia tradicional. Isso fica bastante patente no objeto de estudo em questão que, embora tenha adotado a participação do público como um aspecto fundamental na construção de um lugar de memória, ainda assim, dirigiu e organizou todo o processo de captação e seleção das histórias coletadas. O espaço de separação entre o conteúdo produzido pela *BBC* e o conteúdo enviado pelo público também é bem demarcado, o que mostra que a participação se torna desejável em apenas uma parte do processo e não como modo de constituição de todo o decurso informativo em geral. Como bem aponta Deuze, “o nível de produção participativa com o sistema midiático tem lentamente crescido ao longo do último século, embora uma percepção mais interativa ou dialógica do trabalho da mídia ainda seja problemática para a indústria profissional” (DEUZE, 2006: 67).

No entanto, é esse nível permitido de participação que promove o que chamamos de “engajamento pela participação” no site da *BBC*. É ela que realoca os processos de pertencimento a uma comunidade e seu processo de construção da memória partilhada.

Mesmo que um tanto limitada, é justamente esse acréscimo de legitimidade e importância do testemunho, aliada ao apagamento de fronteiras entre o

emissor/receptor, que possibilita uma reestruturação dos lugares de memória postos pelas tecnologias comunicacionais da Internet.

Os lugares de memória ali construídos possuem a potencialidade de se transformarem em monumentos de uma memória social, um pouco liberta de uma noção mais fossilizada de memória coletiva. Como coloca Alessandro Portelli,

se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que *langue* se opõe à *parole*, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore (uma história para muitas pessoas: o bom alemão), na delegação (uma pessoa para muitas histórias: Ida Baló), nas instituições (sujeitos abstratos – Escola, Igreja, Estado, partido – que organizam memórias e rituais num todo diferente da soma de suas partes) (PORTELLI, 1996: 127).

Ao realocar a importância dos testemunhos, as tecnologias de Internet têm a possibilidade (e aqui estamos falando mais de potencialidade do que propriamente de realizações) de promover essa passagem da memória coletiva para a memória social nas construções de seus lugares de memória. Uma vez que esses espaços e arranjos culturais nos quais nós imaginamos o nosso próprio passado deixam de ser construídos apenas por estes sujeitos abstratos de que nos fala Portelli (a Escola, a Igreja ou o Estado), há a possibilidade de uma reunião de testemunhos individuais que, mesmo sem formar um discurso coerente, tornam o processo de construção de memória mais dinâmico – e menos fossilizado do que nos lugares de memória tradicionais.

Como bem podemos perceber pelo modelo adotado pela “WW2 People’s War”, no entanto, aqui, o conteúdo se torna fluído para, em seguida, se fixar novamente. O projeto de recolhimento foi encerrado em 2006 e, a partir de então, as memórias somente ficam disponíveis, sem que se possam acrescentar novos conteúdos. É por isso que dizemos que esse deslocamento de uma memória coletiva para uma memória social se apresenta mais como uma possibilidade do que como uma realidade observável empiricamente.

De qualquer forma, estamos trabalhando com uma potencialidade que re-desenha as configurações dos lugares de memória e promove uma radicalização dos processos de fluidez normalmente associados à memória social. Como sublinha Frederico Casalegno, a memória deixa de ser “registrante”, para ser “respondente”. Afinal de contas, “como sublinha Michel de Certeau, uma memória está viva quando ela é apropriada pelas pessoas e quando ela é regulada pelo jogo múltiplo da alteração” (CASALEGNO, 2006: 30).

5. Considerações Finais

Desde o fim das sociedades tradicionais, a memória vem sofrendo um constante processo de virtualização. Como bem coloca Paul Virilio, “tomando a título de exemplo as sociedades antigas, vemos que são as pessoas mais velhas que se constituíam em guardiãs da memória. Com o declínio da comunidade familiar ampliada, acontece de o livro vir a substituir o adulto e o velho nesta função” (VIRILIO, 2006: 91). E é justamente essa virtualização da maneira pela qual enxergamos o nosso próprio passado que caracteriza a construção dos lugares de memória. Nesta perspectiva, as práticas representacionais do passado construídas na Internet se configuram como um novo estágio desta potencialidade possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação. Mas trata-se de uma etapa, no entanto, que reconfiguram o próprio modo como os lugares de memória podem ser entendidos e configurados.

O primeiro ponto desta reconfiguração está na modificação da própria noção de “comunidade”, que perde o referencial espacial e passa a adotar a ideia de “engajamento” e de “pertença” como categorias principais para a delimitação de suas fronteiras não-físicas. A referencialidade espacial perde sua marca distintiva e classificatória na medida em que a Internet permite uma série de práticas que não possuem uma continuidade espacial, ao mesmo tempo em que as pessoas e eventos envolvidos nestas práticas comunicacionais são organizadas baseadas em interesses locais, dando origem mesmo ao termo “glocalização” (DEUZE, 2006).

Como bem aponta Deuze (2006), não só as fronteiras entre o local e o global perdem sentido, como também a estrita distinção entre o produtor e o consumidor deixa de ser uma característica tão marcante quanto outros tipos de parâmetros diferenciadores, como a abertura ou não de produções participativas, ou entre os níveis de interatividade proporcionados pelos diversos sites.

A relevância destes novos referenciais definidores é bem claro nos dois sites analisados e nas estratégias utilizadas por eles na construção destes novos lugares de memória. No site de *Veja na História* é patente a tentativa de um

“engajamento pela linguagem”, através da hibridização radical entre texto e imagem e uma “presentificação do passado”, construindo pontes emocionais entre eventos traumáticos e suas práticas representacionais. A seção “WW2 People’s War” do site especial da *BBC* sobre a Segunda Guerra Mundial se apoia em um “engajamento pela participação”, que lança possibilidades (embora não totalmente realizadas) de uma mudança significativa na construção dos lugares de memória on-line, na medida em que desloca a noção de memória coletiva para a de memória social.

Neste sentido, não podemos falar da Internet como um lugar de memória, mas sim, como um espaço que possibilita a construção de diversos tipos de lugares de memórias, a partir de potencialidades que redesenham o próprio conceito. Trata-se de um aspecto bastante relevante da produção midiática na medida em que estas novas práticas representacionais da memória problematizam a maneira como articulamos o passado na vida cotidiana e, em um contexto maior, a própria maneira pela qual conferimos sentido ao mundo.

6. Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES (2007). *Retórica*. São Paulo: Rideel.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BBC (2009). “World Wars: World War Two”. *BBC*. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwtwo>. Acesso em 11/05/2009.
- BUCCI, Eugênio (2002). *Televisão Objeto: a crítica e suas questões de método*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA-USP.
- CASALEGNO, Federico (2006). *Memória Cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes*. Porto Alegre: Sulina.
- DEUZE, Mark (2006). “Participation, Remediation, Bricolage: considering principal components of s digital culture”. *The Information Society*. Número 22, p. 63-75.
- FERNBACK, Jan (2007). “Beyond the diluted community concept: a symbolic interactionist perspective on online social relations”. *New Media Society*. Ano 9, número 49, p.49-69.

- FLUSSER, Vilém (2007). *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify.
- HALBWACHS, Maurice (2006). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KITCH, Carolyn (2005). *Pages from the Past: history & memory in american magazines*. North Carolina: The University of North Carolina Press.
- KRITZMAN, Lawrence D. (1996). “Foreword”. In NORA, Pierre (1996). *Realms of Memory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LEÃO, Lúcia (1999). *O Labirinto da Hipermídia*. São Paulo: Iluminuras.
- LE GOFF, Jacques (2003). *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LÉVY, Pierre (1996). *O que é Virtual?*. São Paulo: Editora 34.
- NORA, Pierre (1996). *Realms of Memory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- POLLAK, Michael (1989). “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, p. 3-15.
- POLLAK, Michael (1992). “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Volume 5, número 10. Rio de Janeiro: CPDOC, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro (1996). “O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- SANTAELLA, Lucia (2007). “As linguagens como antídotos ao midiacentrismo”. *Matrizes*. São Paulo, ano 1, número 1 (julho-dezembro de 2007), p. 75-97.
- SANTOS, Myrian Sepulveda (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Anablumme.
- SODRÉ, Muniz (2007). “Sobre a episteme comunicacional”. *Matrizes*. São Paulo, ano 1, número 1 (julho-dezembro de 2007), p. 15-26.

VEJA (2009). “Especial Segunda Guerra Mundial”. *Veja*. Disponível em http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/index_flash.html. Acesso em 11/05/2009

VIRILIO, Paul (2006). “O paradoxo da memória do presente na era cibernética”. In CASALEGNO, Federico. *Memória Cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes*. Porto Alegre: Sulina.

WILLIAMS, Raymond (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo.

YATES, Frances Amelia (2007). *A Arte da Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.